



REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

ATA n.º 02/2016

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto Moniz, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Porto Moniz, sob a presidência do Senhor Emanuel Jardim Fernandes coadjuvado pelo Senhor Lino Gonçalves da Conceição, primeiro secretário da mesa da Assembleia e Senhor Américo Rodrigues Nascimento, segundo secretário da mesa da Assembleia.

Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PS: Nicodemo Balona Gouveia Câmara, Laura Lúcia Ferreira Alves, António Emanuel Rentróia de Deus da Silva, Francisco Gregório da Costa Gonçalves, Samuel Leonardo Lucas de Vasconcelos, Tito Vieira Júnior e Orlando Gouveia Ferro Fernandes, e do Grupo Parlamentar do PSD, os senhores deputados, José Ambrósio Delgado Jardim, António Abreu dos Santos, João de Sousa Brito, Ferdinando Luís Correia Calisto da Encarnação, Manuel da Luz do Vale, Wilson Emanuel Caldeira Gouveia, João Carlos Delgado Nunes, Ariete Pereira Telmo Rentróia e Pedro Gonçalves Ponte. Do executivo camarário encontravam-se presentes: o Senhor Presidente João Emanuel Silva Câmara e os Senhores Deputados Luís Teixeira, Nélio Viveiros Sequeira, Edegar Valter Castro Correia e Juan Manuel Pardau de França. Às quinze horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião e deu as boas vindas às senhoras e senhores deputados, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Senhores Deputados.

Como constante na convocatória, temos a seguinte ordem de trabalhos para a presente reunião:

1. Período antes da ordem do dia;
2. Correspondência;
3. Informação do Senhor Presidente da Câmara;
4. Apreciação do relatório de atividades e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



5. Substituição de representante da Assembleia Municipal na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Moniz; -----

6. Apreciação da Conta de Gerência 2015, bem como o inventário dos bens do Município do Porto Moniz; -----

7. 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Atividades para o Ano Financeiro de 2016; -----

8. Período aberto ao público. -----

1. Período antes da ordem do dia; -----

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino Gonçalves da Conceição, apresentou o requerimento da Senhor Norberto Rodrigues Lima, que solicita a substituição, pelo período de 7 de abril de 2016 a 15 de abril de 2016, sendo substituído pelo cidadão eleito nas listas do Partido Socialista, Senhor Francisco Gregório da Costa Gonçalves. –

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino Gonçalves da Conceição, apresentou o requerimento da Senhora deputada Maria Fátima Canada Caldeira Pestana, que solicita a substituição, pelo período de 7 de abril de 2016 a 15 de abril de 2016, sendo substituída pelo cidadão eleito nas listas do Partido Socialista, Senhor Samuel Leonardo Lucas de Vasconcelos. -----

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino Gonçalves da Conceição, apresentou o requerimento do Senhor Jaime Pereira de Lima Lucas, que solicita a substituição, pelo período de 8 de abril de 2016 a 5 de maio de 2016, sendo substituído pelo cidadão eleito nas listas do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Delgado Nunes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à inscrição dos senhores deputados que pediram para intervir no período antes da ordem do dia. -----

O Senhor deputado António Santos referiu que não está perceptível a placa de aviso de permanência máxima de 30 minutos junto dos três estacionamentos dos serviços de finanças e conservatória. -----

O Senhor Deputado Orlando Fernandes manifestou a sua satisfação finalmente haver um Governo da Republica que olha para as juntas de freguesia de forma diferente, permitindo que, mesmo nas juntas de freguesia mais pequenas, os seus presidentes possam desempenhar as suas funções a meio tempo. -----



O Senhor Deputado Nicodemo Câmara propôs um voto de congratulação em nome do Grupo Parlamentar do PS, à participação dos atletas, do Clube Desportivo e Cultural do Porto Moniz, Brian Cavaleiro, João Jesus e Francisco Lima, que foram a Aveiro, representar a Seleção da Madeira, no Torneio Interassociações SUB-15 de Futsal Masculino. -----

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, afim de, responder aos senhores deputados. Em resposta ao Senhor Deputado António Santos informou que o Senhor Adjunto José António Silvestre irá repor a mesma o mais breve possível, pois aqueles estacionamentos são de apoio aos utentes que se deslocam aos serviços ali existentes. Referiu também que, relativamente a aspetos relativos à toponímia referidos na reunião passada, os mesmos serão repostos em breve, uma vez que, já foi efetuado o levantamento das faltas no Concelho. -----

2. Correspondência: -----

Não foi apresentado nada de relevante, tendo, previamente, sido dada informação de que a correspondência estava à disposição dos senhores deputados para consulta. -----

3. Informação do Presidente da Câmara Municipal: -----

Nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apresentado o documento contendo as deliberações da atividade da Câmara Municipal, após a realização da última reunião da Assembleia Municipal. -----

O documento fica apenso à presente ata da qual faz parte integrante. -----

Tendo sido apreciada pela Assembleia, nada houve a considerar, no entanto o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, afim de, proceder a algumas explicações sobre esta informação. -----

Antes de abordar a informação da atividade municipal, o Senhor Presidente da Câmara manifestou a sua preocupação com a demissão da Senhora Eng.^a Alexandra Gaspar, que era das pessoas mais competentes deste Governo Regional, que sempre manifestou disponibilidade em resolver este e outros problemas, e ao mesmo tempo estava insatisfeita com a situação em que encontra o Plano de Intervenção em Espaço Rural do Chão da Ribeira, do qual estamos a aguardar um parecer da hidráulica da



responsabilidade do Sr. Eng.º Amílcar Gonçalves da Direção Regional do Equipamento Social e Conservação. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou os Senhores Deputados das reuniões particulares que teve com os senhores Secretários Regionais, no seguimento da reunião que teve com o Governo Regional em julho de 2015. -----

Relativamente à reunião com o Senhor Secretário Dr. Sérgio Marques, da Secretaria dos Assuntos Parlamentares e Europeus da Madeira foram abordados as seguintes problemáticas: -----

Reabertura da Estrada Regional 101 (Estrada da Rocha) em que defende que há trocos que devem ser reabertos com os devidos cuidados, sendo que é uma mais valia para o Concelho e para a Região Autónoma da Madeira. -----

Abertura do acesso automóvel ao sítio da Ribeira Funda pois o acesso atual faz-se pelo túnel de emergência da Via Expresso. -----

Repavimentação de estradas, nomeadamente – Estrada Regional 101 desde o Miradouro da Santinha ao Sítio da Santa, entre a Estrada Regional 209 de ligação à freguesia da Ribeira da Janela; Estrada Regional entre as Portas da Vila e a freguesia das Achadas da Cruz em que os pavimentos encontram-se em muito mau estado, põe em causa a segurança da circulação automóvel; -----

Relativamente às estradas, o Senhor Secretário Regional referiu, que está a aguardar que a Via Expresso entregue ao Governo Regional a Estrada da Rocha, para que posteriormente, possa entregá-la à Câmara Municipal. Contudo os pormenores de manutenção da estrada ainda não foram definidos. No que concerne às restantes situações, as mesmas sofreram arranjos, mas sempre com os meios do Governo, como na estrada de acesso à Ribeira da Janela, pois não há verbas para fazer obras de grande porte. -----

No que diz respeito à consolidação de taludes e escarpas, foram abordados os seguintes problemas: -----

Rua do Cabo Calhau na Vila do Porto Moniz - erosão permanente da escarpa muito próxima da via de circulação automóvel; Miradouro da Santinha, entre a Vila do Porto Moniz e o sítio da Santa - Perigo de queda de grandes blocos de basalto no talude a sul da estrada; Sítio do Pacheco, Seixal - O talude a montante das vinhas dos serviços



florestais, entre o túnel da Ladeira e o túnel da Pedra existe perigo iminente, existem blocos de basalto que, de vez em quando, deslizam e atingem a estrada. -----

No Sítio da Pedra, Seixal - talude à saída do túnel do Véu-da-Noiva, lado de São Vicente, e no Porto Moniz o talude à saída do túnel da Ladeira dos Carneiros - muito íngreme e degradado, as redes metálicas existentes são insuficientes, com quedas constantes de pedras. -----

Na Praça da Alegria, Seixal, (entre o posto de reforço da eletricidade e o talho existente), erosão permanente da base de sustentação da praça, sendo necessária consolidação a jusante da estrada; Estrada Regional 209, Ribeira da Janela - talude nas voltas da ribeira, existência de fendas e frequente queda de pedras; Sítio do Piquinho, Ribeira da Janela - falta de muro de contenção provoca corrimento de terrenos; Sítio do Penedo, Ribeira da Janela - queda de blocos de basalto no talude virado a nascente; Caminho da Fajã Redonda, Ribeira da Janela - necessidade de estabilização do talude existente e por último, à entrada da Freguesia do Seixal, lado de São Vicente, é urgente limpar e proteger a plataforma da estrada; -----

O Senhor Secretário referiu que estas situações estão praticamente todas referenciadas, e algumas delas até orçamentadas, como é o caso da consolidação da escarpa de acesso à freguesia da Ribeira da Janela, no valor de 2,7 milhões de euros, contudo o Governo Regional não tem verbas para fazer face aos investimentos avultados que as mesmas requerem, sendo que apenas pode monitorizar a situação. -----

Relativamente à canalização do Ribeiro da Laje e do Ribeiro Cágado, bem como, da Recuperação da Ponte do Ribeiro do Gato, na estrada de acesso ao Chão da Ribeira na freguesia do Seixal, o Senhor Secretário referiu, que está previsto intervenção na canalização do Ribeiro Cágado e recuperação do acesso ao Chão da Ribeira, cujo concurso será iniciado ainda este ano. Para as restantes situações não há verbas previstas nem disponíveis, nem para a colocação de uma ponte pedonal no Sítio do Portal, junto ao Véu-da-Noiva, para acesso aos terrenos de cultivo existentes, pois segundo o Eng.º António Ferreira o custo benefício desta construção, não se justifica, atendendo a que se está a falar de um investimento entre 100 a 150 mil euros. -----



Da reunião com o Senhor Secretário Regional da Saúde, Dr. Faria Nunes, acompanhado pelo seu Chefe de Gabinete, Dr. Miguel Pestana o Senhor Presidente referiu os seguintes problemas: -----

Reabertura das urgências, em que se congratulou pelo fato de que o PSD também defender publicamente a reabertura das mesmas, lembrando que em questões de necessidade acudir à população, essa necessidade não escolhe cores partidárias, pode ser qualquer um de nós, e por isso apela para que esta luta seja unânime na defesa deste direito. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, referiu também a falta de consultas de terapia da fala no Concelho, sugerindo que o técnico se desloque de São Vicente, pelo menos uma vez por semana, pois há famílias com esta carência que não têm transporte e abdicam de corrigir esse problema atempadamente na criança. Os horários de funcionamento da fisioterapia no Centro de Saúde do Seixal, muitas vezes não se coordenam com os dos transportes públicos existentes, o que dificulta o acesso às mesmas, para não falar na distância entre a paragem de autocarros existente junto à ponte e o próprio Centro de Saúde do Seixal. -----

O Senhor Secretário Regional começou por referir que não está prevista, nem nunca afirmou nada, sobre a reabertura das urgências, justificando com os dados estatísticos de que dispõe, essa mesma reabertura não se justifica atendendo aos custos que acarreta para o erário público. Relativamente à terapia da fala, não tinha conhecimento dessa situação, e concordou com a proposta do Senhor Presidente da Câmara, contudo remeteu o assunto para a Dr.ª Perpétua dos Ramos, responsável pela área dos centros de saúde e cuidados primários, o mesmo sucedendo relativamente aos horários da fisioterapia no Centro de Saúde do Seixal. -----

Relativamente à reunião com o Senhor Secretário Regional da Educação, Dr. Jorge Carvalho, o Senhor Presidente referiu os seguintes problemas: -----

A falta de professores na Escola Básica do 1.º ciclo com pré-escolar e creche do Porto Moniz, que geraram preocupação da comunidade educativa, sobretudo pela suspensão das atividades complementares, sendo que a componente curricular ficou assegurada. -

A não utilização das piscinas cobertas, por cerca de 50 alunos, do primeiro e segundo ano de escolaridade do Concelho, por falta de corpo docente, sendo que a Câmara assegura o transporte dos alunos do Seixal. -----



A Pousada e a Loja da Juventude serão alvo de protocolo com a Câmara, para que as condições de utilização fiquem salvaguardadas para ambas as partes. A placa que referia propriedade do Estado, na Pousada da Juventude, já foi de imediato retirada aquando da reunião com o Governo Regional. Igualmente será devolvido o cofre antigo da Câmara Municipal que se encontra na Pousada da Juventude do Funchal, contudo terá de ser alvo de uma intervenção antes de ser transportado, pois encontra-se em mau estado de conservação. -----

Falou da falta de um técnico da Terapia da Fala no Concelho. Muitas vezes é um problema diagnosticado na escola pelos docentes e, as famílias não têm disponibilidade de se deslocar a São Vicente para as consultas. O mesmo sensibilizou o Senhor Secretário para articular com o seu colega de governo na área da saúde, afim de dar esse apoio às crianças do Conselho. -----

Outra situação referida foi a degradação do pavilhão gimnodesportivo, que está a necessitar de uma intervenção urgente, pois quando chove inunda algumas zonas, e conseqüentemente degrada o piso que também necessita de manutenção. O ginásio que não se encontra operacional, pois alguns equipamentos foram levados do local e outros estão danificados. Acrescentou ainda que o marcador eletrónico também foi retirado para outro local, o que condiciona a realização de jogos de futsal no pavilhão. O Senhor Secretário referiu que irá dar instruções ao Senhor Eng.º Nuno Araújo efetuar essas obras, dentro do possível, e recuperar esses equipamentos do pavilhão. -----

O Senhor Presidente da Câmara salientou que fez questão de levar uma resenha histórica dos problemas levantados pelos senhores deputados municipais, em diversas reuniões de assembleia municipal, referindo que está a agendar reuniões com os senhores secretários que faltam, a Professora Susana Prada, a Dr.ª Rubina Leal, com o Dr. Eduardo Jesus e a aguardar a marcação de audiência com o Sr. Dr. Humberto Vasconcelos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu, por último, que já assinou contratos de arrendamento com o terreno da Sociedade de Desenvolvimento do Norte e com o terreno do Sr. Luís dos Santos, afim de, criar mais e melhor estacionamento na vila do Porto Moniz, e também para atividades desenvolvidas pelo Município. -----



O Senhor Deputado João Brito questionou o Senhor Presidente da Câmara se irá existir cobrança da taxa para os referidos estacionamento, afim de, suportar os custos do arrendamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que essa possibilidade estava a ser equacionada, na revisão do regulamento municipal. -----

4. Apreciação do relatório de atividades e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

Período de 01 de janeiro até 24 de março de 2016. -----

Foi efetuada a apresentação da Situação Financeira Geral e do Relatório de Atividades, tendo sido apreciado pela Assembleia, nada houve a considerar. -----

O documento fica apenso á presente ata da qual faz parte integrante. -----

5. Substituição de representante da Assembleia Municipal na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Moniz -----

Considerando que nos termos da alínea l), artigo 17.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, compete à Assembleia Municipal designar quatro cidadãos eleitores para compor a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Moniz. Considerando que a Senhora Deputada Laura Lúcia Ferreira Alves solicitou a sua substituição por motivos pessoais e profissionais. -----

Considerando que a cidadã eleitora Senhora Maria Isabel Fernandes Portugal com Bilhete de Identidade n.º 4973124 6 do arquivo do Funchal, cartão de eleitor n.º436 da freguesia do Porto Moniz, é um membro da sociedade do Porto Moniz conhecedora da realidade das crianças e jovens em perigo do Concelho; -----

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz tem a honra de propor, que a Assembleia Municipal delibere, nos termos da alínea l), artigo 17.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, a substituição da Senhora Deputada Laura Lúcia Ferreira Alves pela Senhora Maria Isabel Fernandes Portugal, na Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Moniz. -----

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----



6. Apreciação da Conta de Gerência 2015, bem como o inventário dos bens do Município do Porto Moniz -----

Considerando que os documentos de prestações de contas individuais das autarquias «Conta de gerência de 2015», são apreciados pelos órgãos deliberativos reunidos em sessão ordinária até ao mês de abril do ano seguinte ao que diz respeito a referida conta. Para efeitos de aprovação, foi presente a Conta de Gerência de 2015 pelo Senhor Presidente com os seguintes valores: Na receita 4.855.023,30 € (Quatro milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil e vinte e três euros e trinta centimos). E na despesa 4.029.324,07 € (Quatro milhões e vinte e nove mil trezentos e vinte e quatro euros e sete centimos). Como entrada em operações de tesouraria registaram-se 310.985,27 € (trezentos e dez mil novecentos e oitenta e cinco euros e vinte e sete centimos), como saídas em operações de tesouraria registou-se o valor de 34.480,53€ (Trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta euros e cinquenta e três centimos). Nos termos do ponto 2.7.3.5 do POCAL, propõem-se que o resultado Líquido do Exercício de 2015 no valor positivo 1.151.619,98€ (Um milhão cinco e cinquenta e um mil seiscentos e dezanove euros e noventa e oito centimos), seja transferido para Reservas Legais 57.581,00€ (cinquenta e sete mil quinhentos e oitenta e um euros) e para resultados transitados o montante de 1.094.038,98€ (Um milhão e noventa e quatro mil e trinta e oito euros e noventa e oito centimos). -----

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz tem a honra de propor, que a Assembleia delibere, sobre proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre a Conta de Gerência 2015, bem como o inventário dos bens do Município do Porto Moniz. -----

Antes de se proceder à votação, o Senhor Deputado Ambrósio Jardim efetuou uma intervenção, em nome dos deputados do PSD, com o seguinte teor: -----

Os deputados do PSD entendem ser positivo o continuo processo de redução da dívida. Todavia não deixam de notar um certo desacelerar deste processo de redução de dívida, que de 2013 para 2014 foi na ordem dos 500 mil euros e de 2014 para 2015 apenas na ordem dos 400 mil. -----



Será uma boa decisão de gestão o Executivo Municipal manter mais de 2 milhões de euros em depósitos bancários, com as atuais taxas de rentabilidade, próximas de zero, e manter empréstimos com taxas de juros superiores a 4%? -----

Em termos de receita - Continuamos a assistir a um aumento das receitas relacionadas com o IMI, em 2012 o valor cobrado era apenas de 79.939€, mas em 2014 já ascendia a 237.935€, passando a 260.799€ em 2015. O valor triplicou em 4 anos. -----

Infelizmente o aumento desta receita não foi pelo desenvolvimento imobiliário no concelho, que infelizmente está estagnado, mas sim da reavaliação dos prédios urbanos. É certo que o aumento deste imposto não é da responsabilidade da Câmara, nós compreendemos isso, mas penso que todos nós concordamos que este valor é exagerado para a população do Porto Moniz, e tudo o que poderá ser feito para mitigar este problema deveria ser feito. -----

Por esta razão os deputados eleitos pelo PSD à Assembleia Municipal congratulam-se, mais uma vez, com a aprovação da proposta de IMI familiar que resultou de uma proposta feita pelos eleitos do PSD na Câmara Municipal, e que foi felizmente colhida pelo executivo, e que agora se traduz numa menor sobrecarga de imposto sobre as famílias com maior número de filhos, situação extremamente importante, pois são as famílias mais numerosas aquelas que já têm mais encargos financeiros correntes. -----

Se no caso do aumento do IMI, a responsabilidade não é da Câmara, existe infelizmente outros encargos sobre a população, cuja a responsabilidade já é da Câmara, como é o caso das taxas e coimas que duplicaram de 27 mil em 2012 para 61 mil em 2015. -----

No que respeita às receitas cobradas diretamente aos munícipes, nomeadamente impostos diretos, indiretos, taxas e coimas, passamos de um valor em 2012 de 211.226, para 357.439 em 2014 e 379.501 em 2015. Verifica-se uma duplicação da carga fiscal sobre a população do concelho. -----

É nesse sentido que, mais uma vez, os deputados eleitos pelo PSD se congratulam com a aprovação da devolução aos munícipes dos 5% de IRS que a Câmara tem direto, sem, contudo, deixarem de recordar que tal medida poderia ter sido aprovada mais cedo, pela mais do que evidente melhoria da situação financeira da Câmara, já perfeitamente controlada, quando o atual executivo assumiu funções. -----



Situação bem distinta daquele que o anterior executivo teve que enfrentar, de reduzir uma dívida de 12.6 M de euros para cerca de 4M de euros. -----

No que se refere à despesa, regista-se, globalmente, o baixo investimento, traduzido nas despesas de capital que apenas representam 17,99% do total da despesa, sendo que dos 724.908€ gastos apenas 349.136€ representaram investimentos. -----

No que respeita à execução do Plano Plurianual de Investimentos, os eleitos pelos PSD lamentam a gestão efetuado pelo atual executivo, registando mesmo o facto de a baixa taxa de execução do ano passado, no valor de 32,07%, ter sido agravada este ano para 17,88%, provavelmente a pior taxa de execução alguma vez ocorrido no nosso concelho. Longe vão os tempos em que o Senhor Presidente da Câmara, quando estava na oposição, criticava taxas de execução de 50% e 60%. Tal como se poderá verificar através do quadro expresso na pág. 23, esta execução não só é lamentável como é vergonhosa, visto registarem-se nove áreas em que esta taxa de execução é de 0%, e com a agravante de nelas se incluírem áreas extremamente importantes para o desenvolvimento do município do Porto Moniz, tal como é o turismo, a agricultura e pecuária, onde não se investiu um cêntimo. -----

Este nível de execução do Plano Plurianual de Investimentos é tanto mais caricato, quando a gerência de 2015 terminou com um saldo de 2.701.424 euros, o que significa que havia dinheiro, não houve foi capacidade de o investir a bem da população. -----

Situação ainda mais grave quando verificamos a crescente desertificação do concelho, e as maiores dificuldades económicas e financeiras de todos os munícipes. -----

Pelas razões expostas o grupo parlamentar do PSD não poderá concordar nem votar a favor da Conta de Gerência de 2015. -----

O Senhor Presidente refere que, num ato de inteligência seu e da sua equipa, está a poupar cerca de 1 milhão de euros por ano, honrando os compromissos assumidos e gerindo o Município para que, possa ter disponibilidade financeira para efetuar investimentos com fundos comunitários, aproveitando provavelmente o último grande quadro comunitário de apoios da união europeia. -----

Em relação ao esforço em pagar a dívida, o Senhor Presidente refere que, a mesma ainda não está saldada, continuando a paga-la. Se querem reclamar, têm de falar com os executivos anteriores, dos quais também o senhor Vereador Valter Correia fez parte,



como membro da Assembleia Municipal que aprovava essas contas, pois não este executivo, que criaram a dívida. -----

O Senhor Presidente refere que, desejava estar presentemente, a efetuar esses investimentos que o Concelho precisa mas, o anterior Governo da Republica e o atual Governo Regional do PPD/PSD ainda não conseguiram regulamentar todos os quadros comunitários de apoio do Madeira 14-20, devido à sua incapacidade. Esta situação leva a que não se possa candidatar a investimentos, dando os exemplos dos Parques Infantis, que já tem o levantamento efetuado para todo o Concelho, mas que aguarda regulamentação para poder investir com apoios, ou os Caminhos Agrícolas que só em 2016 é que abriram as candidaturas, e como tal em 2015 não pode efetuar nenhum investimento nesta área, e assim obter o máximo proveito das verbas que a sua equipa poupou, que é assim que considera que se deve gerir. -----

O Senhor Presidente refere que poupou estrategicamente para neste momento ter uma capacidade de investimento de cerca de 5 milhões de euros, caso contrário não poderia investir em valores desta magnitude, contudo espera que não pensem em boicotar os investimentos do Porto Moniz, em relação aos outros Concelhos, porque aí sairá em defesa do Concelho e dos Seus Municípes. -----

O Senhor Presidente relembra que a sua prioridade de investimento foi na População do Porto Moniz, e que esse investimento não se reflete na taxa de execução do PPI. A sua obra foi sobretudo Social, cumprindo tudo o que prometeu às populações, quer a nível da educação, essa sim uma grande estrada construída para o futuro de todos nós e desta terra, quer a nível social com a criação do gabinete de Apoio ao Idoso e com a Criação do Regulamento de Ajuda na Comparticipação Municipal em Medicamentos do Programa “Primeiro as Pessoas – Porto Moniz Vida +” e se há câmaras que estão a apoiar a educação e medida social esta é uma das principais na Região, que não olha a rendimentos, apoiando todos os que necessitam de ajuda. -----

O Senhor Presidente respondeu que relativamente aos investimentos de 0% no turismo, na agricultura e pecuária pensa que os Senhores Vereadores estão a referir-se ao Governo Regional do PSD/PPD, que levou a estação zootécnica da agricultura no nosso concelho ao estado vergonhoso que se encontra, bem como aos investimentos nulos a



nível do turismo, no Concelho do Porto Moniz, mas do qual usa imagens para promover a região e depois não reflete em investimento no Concelho. -----

O Senhor Presidente pergunta se o investimento da Câmara em eventos sociais, culturais e sobretudo desportivos não têm contribuído para dinamizar o Concelho, quer diretamente para alavancar a economia local e também trazendo pessoas dos quatro cantos do mundo para conhecer a nossa terra e quiçá depois voltar com as suas famílias.

Em relação ao turismo, é demagogo ver os Senhores Vereadores falar, pois quando cá chegou à Câmara procurou, e até hoje não encontrou, o projeto estruturante da Costa da Laurissilva, para projetar a costa norte e o Geoparque, que a única coisa que tem são 15.000,00 euros gastos sem resultado nenhum para o Concelho. -----

Relativamente ao IMI familiar, o Senhor Presidente, salienta que aplicou na totalidade das taxas permitidas, e não fez como outros Concelhos que em vez de aplicar a taxa máxima, aplicam taxas intermédias, mas são os primeiros a se vangloriar que aplicam o IMI familiar. -----

Em relação aos 5% de devolução da taxa do IRS, a que a Câmara tem direito, isso é uma falácia, pois aqueles que auferem grandes rendimentos e possuem grandes descontos, são os que mais vão beneficiar dessa devolução, pois para o cidadão comum, esses valores não terão expressividade nas suas contas familiares. O Senhor Presidente deu como exemplo todos os apoios dados a nível escolar, com transportes, manuais gratuitos e bolsas de estudo a 150 euros por mês, esses sim têm impacto direto nas contas familiares da população. -----

O Senhor Vereador Valter Correia pediu a palavra para contrapor o Senhor Presidente da Câmara, afirmando que foi devido ao trabalho desenvolvido no seu mandato, ao nível da consolidação das contas da autarquia, é que a Câmara goza de saúde financeira para poder agora investir. Considera também que durante a sua vereação foram dados passos importantes na promoção turística do Concelho, sendo que o projeto da Costa da Laurissilva é estruturante para promover o Porto Moniz, pois sozinha a autarquia terá poucas possibilidades de vincar a sua identidade turística e afirmar-se como um sub-destino turístico dentro do todo Madeira. -----

Submetida a proposta à votação foi aprovada por maioria de 10 votos do PS e 9 votos contra do PSD. -----



7. 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Atividades para o Ano Financeiro de 2016 -----

Considerando que, as regras orçamentais respeitantes aos municípios e freguesias, impõem os princípios da anualidade, universalidade, especificação, equilíbrio, não consignação e não compensação, respeitando o orçamento do ano civil, podendo ser modificados através de alterações e revisões orçamentais. -----

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz tem a honra de propor, que a Assembleia Municipal delibere, sobre proposta da Câmara Municipal nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão do Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Atividades para o Ano Financeiro de 2016. -----

O Senhor Presidente da Câmara teceu algumas considerações sobre os investimentos a efetuar, referindo que se a taxa de execução do PPI é mais baixa da Madeira, o valor de investimento *per capita* é certamente o maior na Madeira, ficando particularmente satisfeito com essa situação, referindo que tal só é possível, devido a um ato de gestão inteligente, e assim, poder investir cerca de 5 milhões fora do que está orçamentado. ----

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

8. Período aberto ao público. -----

Ninguém se apresentou para intervir. -----

Findos os trabalhos, nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por terminada a sessão, pelas dezoito horas e dezasseis minutos, dela se tendo lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade dos membros presentes vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia e por mim, Jorge Filipe Góis Garanito, Chefe de Divisão, que a redigi. -----

O Presidente: _____
1º Secretário: _____
2º Secretário: _____
O Redator: _____

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.